



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/09/2015

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	2 - 3
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	4
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	5 - 6
4.2. ESMAM.....	7
4.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	8
4.4. SINDJUS.....	9 - 15
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. CNJ.....	16
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CNJ.....	17
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. JUÍZES.....	18 - 19
7.2. OUVIDORIA.....	20 - 21
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DESEMBARGADOR.....	22
8.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	23
8.3. OUVIDORIA.....	24
8.4. SINDJUS.....	25 - 26

▷ MONTES ALTOS

Ex-gestora é acionada por desvio de verbas públicas

A ex-prefeita de Montes Altos, Patrícia Castilho, foi denunciada pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), por desvio de verbas públicas em proveito próprio ou alheio.

Também são réus na ação, ajuizada no dia 10 de agosto, Nelson Castilho (ex-prefeito e marido de Patrícia Castilho), Nilberto Castilho (cunhado da então prefeita) e Izaete Miranda da Silva.

Segundo a investigação do Ministério Público, os denunciados desviaram R\$ 90 mil do patrimônio do Instituto de Previdência e Assistência Social (Impas) de Montes Altos, que foi extinto em 2001.

Conforme apurado, após a extinção do Impas, a então presidente do órgão, Izaete Miranda da Silva, a pedido da prefeita, retirou a quantia de R\$ 90 mil, equivalente ao patrimônio que restou do instituto, e a depositou na conta da Prefeitura de Montes Al-



ALÉM DE PATRÍCIA CASTILHO, OUTRAS TRÊS PESSOAS TAMBÉM SÃO RÉUS DO PROCESSO

tos. Tanto a retirada como o depósito ocorreram no dia 4 de julho de 2001. Parte do valor foi distribuído, por meio de cheques assinados por Patrícia Castilho, em favor dos de-

nunciados. Para Nelson Castilho, coube a maior parte: R\$ 33.500, divididos em quatro cheques; a então prefeita Patrícia Castilho depositou em sua própria conta o cheque

de R\$ 7 mil; e Nilberto Castilho recebeu R\$ 2.500. Izaete Miranda também retirou em seu benefício o valor total R\$ 7.500, em duas vezes, uma de R\$ 5 mil e outras de R\$ 2.500.

Para os membros do Ministério Público, os denunciados incorreram nas penas do decreto 201/1967, que define os crimes de responsabilidade dos prefeitos. Com a condenação pela justiça, o MP busca o ressarcimento do dano ao erário, cabendo ao Judiciário fixar o valor mínimo para reparação, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, conforme estabelece o Código de processo Penal.

Ex-prefeito de Sucupira do
Norte condenado a 11 anos
de cadeia no MA **PÁGINA 5**

 CORRUPÇÃO

Ex-prefeito condenado a 11 anos de cadeia no MA

A juíza Gisa Fernanda Nery Mendonça, titular de Sucupira, proferiu decisão na qual condena o ex-prefeito Benedito de Sá Santana à pena de 11 anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. O denunciado, enquanto Prefeito Municipal de Sucupira do Norte, teve a sua prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 2007, rejeitada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) em razão de irregularidades. O ex-gestor poderá recorrer em liberdade da decisão.

A pena total foi resultado de três crimes tipificados na legislação brasileira, a saber: Crimes de responsabilidade por parte do prefeito, expresso no art. 1º do Decreto-Lei n.º 201/67; Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei,

ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade, expresso na Lei de Licitações; e crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências, tipificado na Lei 8.137, da Presidência da República.

“Os crimes de responsabilidade descritos no Decreto-Lei nº 201/67 são classificados como crimes próprios, isto é, exigem condição especial do agente: ocupar ou ter ocupado o cargo de prefeito municipal e, nessa condição, ter praticado os crimes. Além disso, todos os tipos descritos no artigo 1º da lei são dolosos”, explica a decisão judicial.

E continua: “O tipo penal do artigo 89, caput, da Lei nº 8.666/90, também, exige uma qualidade especial do sujeito ativo: que tenha de-

terminado controle sobre os procedimentos licitatórios, tendo o poder para ordenar que, em casos que deveriam ser observados, não ocorram. Visa proteger o princípio do procedimento formal, caro às licitações e à Administração Pública, pois resguarda importantes princípios desta, tais como legalidade, impessoalidade, transparência, moralidade, dentre outros”.

A magistrada observa que cabe ao juiz apreciar as provas colhidas aos autos de maneira sistemática e harmônica, de modo a buscar a formação de um juízo de certeza, devendo ele confrontar as provas existentes com o fito de buscar a verdade real. “Em princípio, cumpre destacar que existem provas suficientes no caderno processual que demonstram ser o acusado o autor dos delitos a ele

imputados, em especial, os documentos oriundos dos processos internos do Tribunal de Contas do Estado”, versa a sentença.

O Judiciário aponta que a prova anexada aos autos é robusta quanto à ausência de documentos que comprovem as despesas individualizadas na inicial, num total de R\$ 1.171.208,23 (um milhão, cento e setenta e um mil, duzentos e oito reais e vinte e três centavos), efetivadas com recursos públicos, de forma que inexistindo tal comprovação concluiu pelo desvio e apropriação de tais valores, em proveito próprio pelo requerido, destacando-se que o mesmo os possuía sob sua guarda e responsabilidade em decorrência de ocupar o cargo de prefeito, ordenador de despesas, no exercício de 2007.

SUCUPIRA DO NORTE

Ex-prefeito é condenado a mais de 11 anos de prisão

A juíza Gisa Fernanda Nery Mendonça, titular de Sucupira, proferiu decisão na qual condena o ex-prefeito Benedito de Sá Santana à pena de 11 anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. O denunciado, enquanto Prefeito Municipal de Sucupira do Norte, teve a sua prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 2007, rejeitada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) em razão de irregularidades. O ex-gestor poderá recorrer em liberdade da decisão.

A pena total foi resultado de três crimes tipificados na legislação brasileira, a saber: Crimes de responsabilidade por parte do prefeito, expresso no Art. 1º do Decreto-Lei n.º 201/67; Dispensar ou inexistir licitação fora das hipó-

teses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade, expresso na Lei de Licitações; e crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências, tipificado na Lei 8.137, da Presidência da República.

“Os crimes de responsabilidade descritos no Decreto-Lei nº 201/67 são classificados como crimes próprios, isto é, exigem condição especial do agente: ocupar ou ter ocupado o cargo de prefeito municipal e, nessa condição, ter praticado os crimes. Além disso, todos os tipos descritos no artigo 1º da lei são dolosos”, explica a decisão judicial.

E continua: “O tipo penal do Artigo 89, caput, da Lei nº 8.666/90, também, exige uma qualidade especial do sujeito ativo: que tenha determinado

controle sobre os procedimentos licitatórios, tendo o poder para ordenar que, em casos que deveriam ser observados, não ocorram. Visa proteger o princípio do procedimento formal, caro às licitações e à Administração Pública, pois resguarda importantes princípios desta, tais como legalidade, impessoalidade, transparência, moralidade, dentre outros”.

A magistrada observa que cabe ao juiz apreciar as provas colhidas aos autos de maneira sistemática e harmônica, de modo a buscar a formação de um juízo de certeza, devendo ele confrontar as provas existentes com o fito de buscar a verdade real. “Em princípio, cumpre destacar que existem provas suficientes no caderno processual que demonstram ser o acusado o autor dos delitos a ele imputados, em espe-

cial, os documentos oriundos dos processos internos do Tribunal de Contas do Estado”, versa a sentença.

O Judiciário aponta que a prova anexada aos autos é robusta quanto à ausência de documentos que comprovem as despesas individualizadas na inicial, num total de R\$ 1.171.208,23 (um milhão, cento e setenta e um mil, duzentos e oito reais e vinte e três centavos), efetivadas com recursos públicos, de forma que inexistindo tal comprovação concluiu pelo desvio e apropriação de tais valores, em proveito próprio pelo requerido, destacando-se que o mesmo os possuía sob sua guarda e responsabilidade em decorrência de ocupar o cargo de prefeito, ordenador de despesas, no exercício de 2007.

Wellington questiona gastos de R\$ 33 mi com Isec em São Luís

Parlamentar entende que recursos devem ser usados em outros setores

O deputado estadual Wellington do Curso (PPS) utilizou a tribuna da Assembleia Legislativa para denunciar a suplementação de 114.000 % no contrato de R\$ 33 milhões da Secretaria Municipal Extraordinária de Governança Solidária e Orçamento Participativo. A

justificativa dada pela Gestão Municipal para a suplementação é a contratação do Instituto Superior de Educação Continuada (Isec), que tem idoneidade questionável, em razão de já ter sido denunciado diversas vezes na Justiça por supostas irregularidades.

"Por decreto, a Gestão Municipal

suplementou em mais de R\$ 33 milhões o orçamento da Secretaria Municipal Extraordinária de Governança Solidária, sob a justificativa de contratação do Isec. Como se não bastasse contratar um instituto com idoneidade censurável, o objetivo da contratação é o 'aculturamento das discussões sociais' e 'mapeamento das entidades sociais do município e sua regularidade'. Então, não há cultura política nas discussões sociais com a sociedade civil organizada? Não existe um registro público de entidades sociais para verificar a sua regularidade? Eu não quero acreditar que estamos destinando mais de 33 milhões para 'fazer' o que já foi feito. Ora, acaso não temos pontos mais importantes? E a saúde? E a educação?", indagou o deputado.

Revogação

Ao final do discurso, Wellington foi enfático ao solicitar a revogação imediata da contratação do Isec, sugerindo que os R\$ 33 milhões fossem efetivamente destinados aos anseios dos ludovicenses, sendo aplicados na saúde, educação ou transporte público. O parlamentar protocolou, também, um requerimento, destinado ao Tribunal de Contas do Es-

CONTRATAÇÕES

Funcionários fantasmas

O vereador Fábio Câmara já denunciou o contrato da Prefeitura com o Isec ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público e ao próprio Tribunal de Justiça. Há suspeitas de que os contratados são indicações políticas - e até de setores do Judiciário - apenas para receber salários, sem trabalhar.

Idoneidade do instituto também foi questionada

tado, solicitando que instaure uma auditoria no processo administrativo de contratação do Isec pela Prefeitura de São Luís.

Ao se pronunciar, Wellington questionou, ainda, a não construção da maternidade que deveria ser construída no bairro Cidade Operária, além de 25 creches, anunciadas pela atual gestão em fevereiro de 2014, e que poderia usar estes recursos, agora liberados ao Isec. ●

Vereador solicita informações sobre arrecadação da iluminação

O líder da oposição na Câmara Municipal de São Luís, vereador Fábio Câmara (PMDB), encaminhou ofício à Companhia Energética do Maranhão (Cemar) questionando o valor que é repassado à Prefeitura de São Luís da iluminação pública pelo vereador Fábio Câmara (PMDB). O parlamentar solicitou relatório dos 13 anos sobre montante arrecadado com a taxa identificada nas contas

Pedidos são ao diretor da Cemar, Augusto Miranda

de energia com a sigla CIP (Contribuição de Iluminação Pública).

No documento, o peemedebista solicita ainda a cópia do contrato da prestação de serviços de arrecadação e cobrança da contribuição da iluminação pública, informações sobre o faturamento mensal da conta de energia referente ao consumo de energia do parque de iluminação e valores das alíquotas de Contribuição de Iluminação Pública (CIP)

por classe de consumo e por faixa de consumo repassado à Prefeitura de São Luís.

Os pedidos foram direcionados ao diretor-presidente da companhia, Augusto Miranda da Paz.

A apuração teve início após o parlamentar descobrir evidências de irregularidades no processo de licitação milionário da Prefeitura de São Luís para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento completo e continuado do Parque de Iluminação Pública do município. De acordo com líder da oposição no Legislativo Municipal, as informações solicitadas à Cemar serão importantes para esclarecer o que a administração municipal vem fazendo com os recursos repassados pela companhia através da CIP.

“Quem sabe como é aplicada a verba da Contribuição de Iluminação Pública que se paga, todo mês, em São Luís? Em 13 anos não sabemos quanto foi arrecadado, mas o cidadão ficará no escuro se quiser saber, em detalhes, como a Prefeitura aplica o dinheiro”, declarou.

AGÊNCIA ASSEMBLEIA



Para Wellington, recursos iriam melhorar a situação da Saúde em SL

Palestra

A palestra “Fundamentação da Sentença no novo CPC” será ministrada hoje pelo advogado especialista em Direito Civil José Horácio Halfed Rezende Ribeiro, na sede da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. O evento integra programação do Núcleo de Estudos sobre o novo CPC da ESMAM, coordenado pelo vice-diretor da escola, desembargador Paulo Sérgio Velten.

Fransoufer no Fórum

Os apreciadores dos traços bastante peculiares do artista plástico Fransoufer já podem visitar a sua mais recente exposição.

“Bequimão Meu Bequimão” está em cartaz até o dia 25 de setembro, na Galeria de Arte do Fórum Desembargador Sarney Costa.

A mostra é uma homenagem a sua cidade natal, lugar que o inspirou a pintar essa mais nova coleção de obras.

As lembranças da infância serviram de tempero na composição, em cores, traços e formas, do modo de vida da sua gente, como ele mesmo diz “sem trair minhas origens das quais me alimento e muito me orgulho”.

EDITORIAL

Servidores revoltados

As atitudes do governador Flávio Dino (PCdoB) em relação aos servidores públicos estão com repercussão a cada dia mais negativa para a administração do comunista, que agora que entrou no nono mês. Não é somente a ação rescisória que tirou 21,7% dos salários dos servidores do Judiciário e mais de outros funcionários públicos de outra categoria que vem causando uma onda de revolta.

A falta de diálogo do governador - que tanto dialogou na pré-campanha e na campanha indo a sindicatos e prometendo melhorias para as mais diversas categorias - e ainda a responsabilidade de definir situações dadas somente ao secretário de Articulação Política e Assuntos Federativos, Márcio Jerry, vem deixando os funcionários públicos cada mais insatisfeitos.

Desde quarta-feira, 9, servidores do Poder Judiciário estão protestando contra a redução dos 21,7%. Eles usam preto em sinal de luto e criaram nas redes sociais a hashtag específica para mostrar a insatisfação com o governador: #flaviodinonunca mais é uma das hashtag que hoje dominam as redes sociais com marcações nos perfis dos auxiliares de Flávio Dino, que, por sinal, nada falam a respeito.

Outra categoria que deverá voltar a se reunir para definir ações em relação ao governo são os policiais civis. Eles passaram oito dias em greve, mas decidiram voltar o trabalho após a promessa do secretário Márcio Jerry de sentar à mesa e dialogar com a categoria. Promessa feita mesmo depois da declaração de Flávio Dino de que somente conversaria com os policiais civis

em 2016 por já ter dado os reajustes previstos para a categoria este ano.

Por enquanto, não há previsão para que Jerry dialogue e chegue a um consenso com os policiais, que ainda poderão entrar em greve por tempo indeterminado ainda este ano.

Os policiais militares também não estão nada satisfeitos com o governo. No caso deles, havia o acordo para que fosse negociado o reajuste salarial nos próximos anos, já definidos por Medida Provisória (MP) já até aprovada pelos deputados estaduais. Além da questão salarial, os militares reclamam de condição de trabalho e da falta de comando que pouco age a favor dos policiais como em casos em que mesmo sem prova os policiais chegaram a ser condenados e presos por crime.

O fato é que, para justificar toda a falta de diálogo com os servidores públicos, Dino fala em crises financeiras e não transformar o Maranhão no Rio Grande do Sul, que hoje enfrenta problemas para pagamento da folha de pessoal. Enquanto isso, os auxiliares do governador dizem que ele é de todos os maranhenses e não somente dos servidores públicos.

Mesmo sendo de todos os maranhenses, como ressaltam seus assessores, Dino tem um compromisso de campanha com várias categorias de servidores públicos, que na maioria, principalmente os ligados a sindicatos, apoiou a candidatura dele ao governo do Estado. Agora, não adianta mais argumentar que não pode governar somente para os funcionários públicos. De fato, não. Mas o governador tem que cumprir os compromissos assumidos na campanha eleitoral.

O fato é que, para justificar toda a falta de diálogo com os servidores públicos, Dino fala em crises

- Nem o secretário de Articulação Política, Márcio Jerry, esperava tanta repercussão negativa pela decisão do Tribunal de Justiça de suspender os 21,7% dos servidores do Judiciário.

ESTADO
MAIOR

Flávio Dino enfrenta bombardeio de servidores do TJMA. **POLÍTICA 3**

Cada vez pior

O bombardeio dos servidores do Judiciário, após decisão que suspendeu o reajuste de 21,7%, que vinha sendo pago desde o ano passado, foi a mais dura reação a um governador já registrada nas redes sociais. A pancadaria foi tamanha que levou Flávio Dino a cancelar o acesso livre aos seus diversos perfis.

Mas a reação do funcionalismo foi apenas mais uma evidência de que o governador perde a cada dia de seu governo a aura que construiu durante os oito anos de campanha diária no Maranhão e o discurso que vendeu nesse período, de que tudo seria diferente a partir de sua chegada ao poder.

Mas a revolta com o governador, dizem os críticos, não é nem porque ele faz igual ao que se via historicamente no estado. É porque faz pior.

Não há registros, por exemplo, de nenhum governador na história que tenha deixado paralisadas todas as obras do seu antecessor, mesmo com recursos disponíveis em caixa. Não há registro de nenhum governador que tenha conseguido, em tão pouco tempo, reduzir a pó um projeto de excelência, como o implantado no setor da Saúde até dezembro de 2014.

E não há registro de nenhum governador que tenha completado nove meses de mandato sem nenhum indício de obra estrutural no estado e com índices tão alarmantes de violência.

E nada aconteceu - a não ser sua própria posse - para justificar a letargia do governo que renovou as esperanças do maranhense e que prometeu a mudança “desde o primeiro dia do seu mandato”.

E é por isso que a população - em todos os setores - reage tão duramente às ações de Flávio Dino. É como se o povo se sentisse traído pelo comunista.

A revolta com o governador não é nem porque ele faz igual ao que se via no estado. É porque ele faz pior

Judiciário

Deputada critica Dino por reduzir em 21,7% salários de servidores

POLÍTICA 3

Deputada critica redução salarial de servidores do TJ

Andrea Murad disse que justificativa do governador de que o Maranhão está em crise para reduzir 21,7% dos salários do Judiciário não passa de ficção

CARLA LIMA
Subeditoria de O Estado

A deputada estadual Andrea Murad (PMDB) voltou a criticar a gestão do governador Flávio Dino (PCdoB). Desta vez, a parlamentar considerou injustiça o que o comunista fez com servidores públicos do Maranhão. Ela fez referência à retirada de 21,7% dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário por meio de Ação Rescisória do governo acatada pelo Tribunal de Justiça (TJ).

A justificativa utilizada pelo governador para o corte nos salários dos funcionários públicos é considerada "inaceitável" e "inacreditável" por Andrea Murad diante dos gastos anunciados pelo governador em áreas como a comunicação.

"O governador Flávio Dino vem falar de crise, que as medidas que ele toma são devido à crise por que o estado passa. Só que, vejamos, a crise é tão grande que ele não consegue nem priorizar os gastos que faz", disse Murad.

Entre os gastos citados pela parlamentar está o de R\$ 56 milhões, segundo a deputada, que serão gastos com a comunicação do governo.



AGÊNCIA ASSEMBLEIA

Andrea Murad diz que Dino enfrenta a crise com gastos desnecessários

Além disso, a peemedebista falou ainda dos acordos entre o governo e a Prefeitura de São Luís para obras pontuais de asfaltamento em ruas da capital.

Emendas

Andrea Murad também criticou o fato das emendas parlamentares ainda não terem sido liberadas pelo governo. Segundo a promessa feita pelo secretário de Articulação Política e Assuntos Federativos, Márcio

Jerry, as emendas serão liberadas em três vezes em forma de convênios com o governo até dia 31 de dezembro deste ano.

De acordo com Andrea, as emendas ainda não foram liberadas porque Flávio Dino não respeita os parlamentares e está perdido sem saber o que priorizar.

"Ele [Flávio Dino] diz que vai começar a fazer uns repasses para os municípios. Depois ele diz que não vai mais. Ele diz que vai inaugurar

isso. Ele não sabe nem o que ele está fazendo ali. Essa que é a grande verdade. Já poderia ter pago as emendas dos deputados desta Casa", disse.

Sobre as emendas, o governador reuniu há uma semana os deputados estaduais para traçar metas e dizer que o Maranhão passa por crise financeira o que fará com que custos seja, reduzidos. Flávio Dino não disse quais custos serão reduzidos. Os deputados garantiram que na explanação do gestor foi falado sobre os futuros investimentos para 2016.

Já em relação às emendas, Dino somente confirmou o que Márcio Jerry havia explicado aos gestores que essa verba será paga em três vezes em forma de convênios, mas sem precisar a data certa para que a primeira parcela seja liberada.

“Ele que economize R\$ 56 milhões da publicidade dele, mas não corte salários de pessoas honestas e íntegras”

ANDREA MURAD
deputada estadual

Servidores

A deputada Andrea Murad (PMDB) defendeu os servidores do Judiciário, na questão do corte de 21,7% nos salários. A parlamentar declarou-se perplexa com “a investida do governador Flávio Dino em perseguir a conquista da categoria”. A deputada explicou que o dinheiro já é recebido pelos servidores há mais de um ano. Segundo Andrea Murad, os cortes variam entre R\$ 500, R\$ 782 até R\$ 1.500. Ela contestou os contratos milionários do governo para serviços como aviação, propaganda e assessoria de imprensa.

DISCUSSÃO

O defensor público titular do Núcleo Regional da DPE/MA, em São José de Ribamar, Cosmo Sobral da Silva, participou de diversas reuniões da Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), em Brasília. Em dois dias de evento, foram debatidos temas como conflitos fundiários urbanos, o Programa Minha Casa Minha Vida e o recrudescimento dos conflitos pela posse da terra, da moradia e da habitação.

PROBLEMAS

No primeiro compromisso, na capital federal, o defensor falou sobre um dos problemas que atingem o Maranhão, especialmente o município de São José de Ribamar, que reúne o maior número de mandados de manutenção e reintegração de posse pendentes de cumprimento no estado. "Tratamos de diversos problemas, sobretudo aqueles pertinentes ao contexto atual no Maranhão. Sugeri a realização de uma audiência pública com a participação do Conselho Nacional de Justiça e representantes do Ministério da Justiça, bem como órgãos do Sistema de Justiça Estadual. A ideia foi acatada e vamos encaminhar a solicitação por ofício, nos próximos dias", disse Cosmo Sobral.

3 Um projeto de lei do senador Roberto Rocha (PSB) foi aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o qual torna obrigatória a realização de audiência de custódia em 24 horas para presos em flagrante em todo o país. A prática foi um projeto do Tribunal de Justiça do Maranhão, acolhido pelo CNJ e que agora pode virar lei federal.

Autoridades e profissionais da imprensa prestigiam lançamento do 13º SALIMP

Para o prefeito Madeira, o SALIMP se tornou o maior evento literário do Maranhão



O coordenador de Comunicação, Domingos Cezar, abre a solenidade

Autoridades, acadêmicos, profissionais da imprensa, parceiros e convidados prestigiam, na manhã dessa quinta-feira (10), a solenidade de lançamento do 13º Salão do Livro de Imperatriz – SALIMP. O evento aconteceu no auditório da Academia Imperatri-

zense de Letras – AIL, com a presença do prefeito Sebastião Madeira, que faz questão de apoiar todos os anos a realização do maior evento literário do Maranhão.

Ao abrir a solenidade, o secretário da AIL e coordenador de Comunicação do



Fotos: Elson Araújo

Prefeito Madeira fala da importância do SALIMP para a cidade de Imperatriz

SALIMP, jornalista Domingos Cezar, agradeceu a presença de todos, de maneira especial seus colegas de imprensa, “que todos os anos contribuem com suas coberturas jornalísticas, atraindo ainda mais pessoas para o Centro de Convenções de Imperatriz,

que abriga o Salão do Livro desde 1995”.

De acordo com Domingos Cezar, o evento, que se realizará no período de 3 a 12 de outubro, há muito vem sendo trabalhado pela diretoria da AIL, sob a coordenação geral do presidente Luiz Carlos

Porto. O coordenador de Comunicação disse que a última edição do SALIMP foi visitada por cerca de 110 mil pessoas, porém a expectativa dos organizadores é que este ano receba em torno de 130 mil visitantes.

“E essa nossa expectativa é porque temos visitado municípios vizinhos realizando nossas reuniões itinerantes, quando convidamos as autoridades e comunidade a visitar o SALIMP”, disse Domingos Cezar, acrescentando que “outra situação que nos faz acreditar no crescimento do evento é a participação dos colegas de imprensa noticiando todo dia os preparativos até a conclu-

são do evento”.

O coordenador de Comunicação informou que o SALIMP deste ano traz três grandes novidades: o projeto Soletrando, sob a coordenação dos acadêmicos Itaerço Bezerra e Liratelma Cerqueira; a oficina de arte plástica sob a coordenação do artista plástico Tom Neves e o juiz Delvan Tavares, tendo como público alvo crianças da Casa de Passagem e o 7º Festival de Músicas de Imperatriz – FMI, que se realizará na Arena Multicultural sob a égide do acadêmico Zeca Tocantins.

Por sua vez, o presidente em exercício agradeceu de maneira especial o Governo

do Estado do Maranhão, Prefeitura de Imperatriz, além de outros parceiros da iniciativa privada, os quais contribuem financeiramente com a realização do SALIMP. Trajano Neto citou as dificuldades enfrentadas pela Academia de Letras, mas ressaltou que, com o esforço de todos os acadêmicos, o evento vem crescendo a cada ano.

O prefeito Sebastião Madeira disse que a Prefeitura Municipal tem o dever de apoiar um evento de tal magnitude como o SALIMP. Lembrou que todo ano acompanha a correria de seus coordenadores atrás de recursos para que o evento

aconteça. “Há uns três anos quase não acontecia. A então presidente Edna Ventura chegou a adoecer, mas nos juntamos e o Salão do Livro se realizou”.

No entendimento do prefeito Madeira, a realização de eventos da magnitude do SALIMP só enobrece o nome de Imperatriz em todo o Brasil no circuito nacional do livro. “Nós tivemos agora a MO-TOIMP, que chamou atenção de todo o Brasil. Daqui a duas semanas, teremos a FE-COIMP, em outubro o SALIMP, em novembro a Feira da Beleza, eventos estes dignos dos grandes centros, a exemplo de Imperatriz”.

(Assessoria/AIL)

**Poder Judiciário
vai ouvir
população da
região tocantina
em audiência
pública**
P4c1

Judiciário vai ouvir população da região tocantina em audiência pública



Divulgação

A audiência será coordenada pelo ouvidor do Poder Judiciário, desembargador Paulo Velten

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão realizará, em Imperatriz, audiência pública, ocasião em que o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, receberá manifestações da comunidade que possam contribuir com o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

O evento – que ocorrerá na próxima quinta-feira (17), às 18h, no auditório da Associação Comercial – envol-

verá autoridades, estudantes, professores, representantes da sociedade civil organizada, membros de instituições públicas e comunidade em geral das comarcas do Polo Judicial de Imperatriz, do qual fazem parte Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, Senador La Rocque e Tasso Fragoso.

As manifestações apresentadas serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil – até 20 dias úteis.

A Ouvidoria é o órgão do Judiciário criado para receber reclamações, denúncias, dúvidas e buscar uma maior aproximação entre a população e a Justiça estadual.

“As atuais ouvidorias judiciárias devem funcionar como órgãos de representação da população perante o Judiciário e têm a função histórica de receber e encaminhar reclamações, críticas e sugestões visando o aperfeiçoamento do Poder Judiciário”, avalia o desembargador Paulo Velten, ouvidor-geral do Poder Judiciário.

Ações planejadas - A audiência será a quarta promovida pela Ouvidoria este ano e está entre as ações planejadas pelo setor, para promover maior aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade. A primeira aconteceu em Chapadinha, no mês de março; a segunda, em maio, no Polo Judicial de Pinheiro; e a terceira em julho, na comarca de São João dos patos.

Ouvidoria - Além das audiências, a Ouvidoria do Judiciário pode ser acionada pelo telefone 0800 707 1581 (Telejudiciário), por formulário eletrônico disponível no site www.tjma.jus.br, e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br), “Fale Conosco” da Corregedoria e da Presidência, ou presencialmente, no Fórum Des. Sarney Costa (São Luís). (*Asscom TJMA*)



O desembargador Joao Santana feliz com a família na solenidade de lançamento de seu livro “Menino Passari-nheiro: o poeta dos passarinhos”, que traz 54 poesias com relato de particularidades da sua vida, desde a infância. O evento aconteceu na Academia Maranhense de Letras

Câmara aprova reforma eleitoral e mantém emenda de Roberto Rocha

A Câmara dos Deputados concluiu na quarta-feira (9) à noite a votação da chamada minirreforma eleitoral. O texto do Senado para o Projeto de Lei 5735/13 foi parcialmente aprovado. Uma das mudanças feitas pelos senadores e mantidas pelos deputados foi a emenda do senador Roberto Rocha (PSB-MA) que incluiu uma janela de 30 dias para desfiliação sem perda do mandato, válida antes do prazo de filiação antecipada exigida.

A emenda foi votada em destaque e aprovada por 323 votos favoráveis e 115 contrários. Como os deputados federais haviam aprovado antes alteração no prazo de filiação para os seis meses anteriores à eleição, a janela automaticamente passou a ser de trinta dias anteriores a esse novo prazo. A janela se soma a outras duas “justas causas” para a desfiliação sem perda do mandato: mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e grave discriminação política pessoal.

O Plenário da Câmara alterou o substitutivo feito pelo Senado

que proibia a doação de empresas a partidos políticos e os limites a essas doações. Pelas regras aprovadas pelos deputados, as doações ficam liberadas. Além do limite de doação na lei atual, de até 2% do faturamento bruto da empresa no ano anterior à eleição, o texto prevê que as doações totais poderão ser de até R\$ 20 milhões e aquelas feitas a um mesmo partido não poderão ultrapassar 0,5% desse faturamento. Todos os limites precisam ser seguidos ao mesmo tempo. Acima desses limites, a empresa será multada em cinco vezes a quantia em excesso e estará sujeita à proibição de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o poder público por cinco anos por determinação da Justiça eleitoral.

Em relação aos limites de gastos de campanha, a Câmara manteve o texto do Senado que mudou o percentual para as campanhas a cargos proporcionais, fixando também para o cargo de deputado federal o teto de 70% do maior gasto contratado nas eleições anteriores

em cada circunscrição (estado ou município).

Aprovada por meio de destaque do PT, a regra já valia, no texto da Câmara, para os cargos de senador, deputado estadual, deputado distrital e vereador. A redação derrotada previa 65% do maior gasto em todo o País para a disputa a deputado federal.

Audiências de custódia – A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, quarta-feira (9), o projeto que torna obrigatória a realização de audiência de custódia em 24 horas para presos em flagrante em todo o País. Com isso, qualquer pessoa presa deve ser apresentada pela autoridade policial a um juiz dentro desse prazo. O senador Roberto Rocha destacou a experiência do Judiciário do Maranhão, que realiza audiências de custódia, de forma pioneira no Brasil, desde 2014. “Eu quero saudar o Poder Judiciário do meu estado, especialmente o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, dr. Fernando Mendonça”, afirmou Roberto Rocha em pronunciamento na CCJ.

Judiciário vai ouvir população da região tocantina em audiência pública

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão realizará, em Imperatriz, audiência pública, ocasião em que o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, receberá manifestações da comunidade que possam contribuir com o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

O evento – que ocorrerá na próxima quinta-feira (17), às 18h, no auditório da Associação Comercial daquela cidade – envolverá autoridades, estudantes, professores, representantes da sociedade civil or-

ganizada, membros de instituições públicas e comunidade em geral das comarcas do Polo Judicial de Imperatriz, do qual fazem parte Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, Senador La Rocque e Tasso Fragoso.

As manifestações apresentadas serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil – até 20 dias úteis.

A Ouvidoria é o órgão do Judiciário criado para receber reclamações, denúncias, dúvidas e buscar uma maior aproximação entre a população e a Justiça estadual.

(Ascom TJMA)

CARTA ABERTA AO GOVERNADOR FLAVIO DINO SOBRE AS AÇÕES DOS 21,7% DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO MARANHÃO

Agradeço ter sido recebido com seu consentimento pelo Secretário de Governo Márcio Jerry, na manhã da quarta-feira, 09/09, no Palácio dos Leões, para tratarmos das implicações da retirada das diferenças salariais de 21,7%, incorporadas aos vencimentos dos servidores públicos do Estado do Maranhão por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Com fidelidade, relatei à diretoria do SINDJUS/MA a conversa que mantive com o Secretário.

Informo que nenhum de meus pares se convenceu de que, no caso específico da Ação Rescisória 36.586/2014, esta tenha sido ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado a pedido da direção do Tribunal de Justiça, em razão de mágoas decorrentes da nossa greve no ano passado pelo cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, que nos concedeu o direito à incorporação do índice de 21,7% aos nossos vencimentos. Pois a PGE entrou com outras ações rescisórias iguais contra todos os sindicatos que obtiveram êxito nas suas ações de cobrança desse índice, como também contra as ações ganhas individualmente por alguns servidores. Tal fato demonstra ser isso uma política de estado e não uma questão interna e isolada do Judiciário.

A posição do SINDJUS-MA frente a esse problema continua sendo a mesma, que foi levada ao governo na reunião das Centrais Sindicais (UGT, CUT, CTB, FORÇA SINDICAL, CONLUTAS, CSB e NOVA CENTRAL) com os Secretários de Governo Márcio Jerry e Chico Gonçalves, no início do ano, no Palácio dos Leões. Ou seja: que o governo DESISTA dessas ações e negocie NOVOS PCCV – PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS com cada categoria. Ou que negocie ajustes aos planos já existentes.

Até porque a Procuradoria Geral do Estado acaba de perder, por unanimidade, o julgamento da Ação Rescisória 05.526/2013 contra a incorporação dos 21,7% para os servidores da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA. Tudo isso no mesmo Tribunal de Justiça.

Perdoe-me ter de dizer. Mas essa é uma guerra perdida para o governo, a exemplo do que ocorreu com a União no seu enfrentamento da URV e que não quebrou o Brasil.

O senhor só tende a acumular desgaste desnecessário e terminar desse modo seu governo muito malquisto pelo funcionalismo, bem pior do que alguns de seus antecessores. Além de reforçar o discurso de ódio, anticomunista, daqueles que de alguma forma se sentem traídos, hoje, pelos governos dos partidos de esquerda. Esse é outro efeito colateral nefasto do trato desastroso por parte do atual governo dessa questão dos 21,7%.

Na minha humilde opinião, a solução para isto não passa pela sua beligerância contra os servidores. Mas passa pela humildade e pelo diálogo eficiente. Isso não é sinal de fraqueza. Nunca foi e nunca será. É sinal de grandeza e boa vontade para com aqueles que construíram o político vitorioso e ascendente Flávio Dino, que lhe ajudaram a chegar onde hoje se encontra.

Portanto, abra seus olhos, seus ouvidos, sua consciência e acima de tudo o seu coração. Fique certo de uma coisa. Eu o conheço há muitos anos e sei que, agora, como Governador do Maranhão, patrocina a continuidade dessas rescisórias porque sinceramente acredita ser a única coisa certa a fazer. Mas esse raciocínio está errado.

Vejo que o senhor, tentando acertar, está prejudicando aqueles a quem um dia disse querer ajudar. Mas, sob nenhuma hipótese posso ficar contra aqueles que a mim confiaram a missão de proteger seus direitos para, agora, passar a apoiar equívocos de um governo que está nos prejudicando de forma tão seletiva, como se fôssemos seus inimigos, sem, de fato, sermos isso.

Ontem os colegas do Fórum de Imperatriz, os filiados do SINDJUS-MA aos quais primeiro apresentei Flávio Dino, que tanto ajudaram na construção da sua vitoriosa carreira política, foram para a Internet postar fotos com mensagens espontâneas de protesto contra o fato de seu governo ter insistido no julgamento da Ação Rescisória 36.586/2014, que reduz seus salários em um quinto. Triste isso. Mas tristeza passa. Essas coisas se consertam. Estamos aqui pra lhe ajudar a mostrar para as pessoas que tudo isso pode ser diferente. Só depende do senhor, governador, sobretudo depois que o Tribunal de Justiça rejeitou a rescisória contra os 21,7% dos servidores da UEMA.

Convide a direção do Tribunal de Justiça para se somar ao senhor na solução dessa crise com os servidores do Judiciário. O senhor tem ao seu alcance os meios morais e lícitos para convencê-la a dar a sua parcela de contribuição na solução desse conflito.

Por fim, convém registrar que acho muito difícil resolver essa crise decorrente das ações de cobrança dos 21,7% sem que o seu governo faça a opção de negociar, nos autos, com cada sindicato de categoria envolvida com essa questão ajustes aos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos estaduais, exatamente como lhe pediram as Centrais Sindicais, no início deste ano.

Medite. Essa é a minha mensagem e contribuição pessoal a esse debate.

Forte abraço. Aníbal da Silva Lins – Presidente – SINDJUS-MA